

# ordem do dia no Senado

PDS desobstrui

Brasília — Foi preciso que o Governo negociasse com alguns membros do seu próprio Partido e mandasse apanhar outros em seus Estados de origem para que o PDS conseguisse colocar ontem 34 senadores no plenário do Senado e, diante de longa resistência das oposições, desobstruir a ordem do dia que, há 45 dias, não era votada.

O Senador Vicente Vuolo (PDS-MT) só compareceu à sessão de ontem porque o Governo mandou empenhar os recursos para construção de uma ponte de 3 mil 700 metros, no seu Estado. O Senador Dinarte Mariz (PDS-RN) teve de deixar sua fazenda, a 350 quilômetros de Natal, às 2h da madrugada de ontem, para chegar a tempo de votar.

## Sessão tumultuada

A primeira votação, depois de 45 dias de obstrução no plenário, provocou grande movimentação no Senado, concorrendo para que a sessão fosse uma das mais tumultuadas dos últimos anos. As oposições, com o auxílio do Senador Dirceu Cardoso (ES, sem Partido), organizaram um sistema de obstrução que incluiu a retirada de plenário e a ocupação do tempo com questões de ordem, breves comunicações, comunicações inadiáveis, encaminhamento de votação, explicações pessoais e outros tipos de pronunciamentos para impedir que o PDS conseguisse a desobstrução, uma vez que dispunha de quorum suficiente para tal.

O presidente da Mesa, Senador Jarbas Passarinho, se manteve empenhado em não permitir a perturbação da sessão, mostrando-se liberal em determinadas ocasiões e rigoroso noutras, mandando retirar das notas taquigráficas todas as expressões que considerou anti-regimentais ou que pudessem ter interpretações diferentes daquelas pretendidas pelos senadores em seus debates.

O Senador Dirceu Cardoso contou muitas piadas no plenário, provocou gargalhadas na assistência e ironizou o "jejum de votação", lembrando que saíra de madrugada do Rio Grande do Norte para votar e até aquela altura (18 horas) não tinha conseguido fazê-lo.

## Nilo desautorizado

O primeiro incidente da sessão foi com o líder do PDS, Senador Nilo Coelho, acusado pelo líder do PMDB, Senador Marcos Freire, de haver sido desautorizado pela sua bancada a fechar o acordo com as oposições para a desobstrução do plenário, para aprovação do projeto Humberto Lucena sobre coligações.

O Senador Nilo Coelho não desmentiu que tivesse negociado a aprovação do projeto, entre os itens propostos pelo PDS para conseguir a desobstrução. Esclareceu, porém, que o item referente ao projeto das coligações não obteve consenso na sua bancada, razão pela qual seria rejeitado naquela sessão, porque o Partido governista tinha quorum de 34 senadores, o suficiente para desobstruir o plenário.

Provocado pelo Senador Itamar Franco (PMDB-MG), que leu uma entrevista sua negando que as regras eleitorais pudessem ser anunciadas antes de 30 de junho, o Senador Aloísio Chaves, presidente da comissão do PDS que estuda o assunto, disse que a deci-

são da comissão não se constituirá na decisão do Partido, a menos que assim decidam o presidente José Sarney ou o líder Nilo Coelho.

O Sr Nilo Coelho sustentou que o anúncio das definições sobre as regras eleitorais antes do fim de junho estava valendo para o acordo que procurou fazer com as oposições, mas em relação aos demais pontos quem decidiria era a Maioria, "porque Maioria não discute, Maioria vota".

O líder Marcos Freire ainda apontou o Senador José Lins, vice-líder do PDS, como o grande responsável pelo tumulto das negociações. Este tentou responder, mas foi desaconselhado pelo Sr Nilo Coelho. Ele considerou a sessão de ontem "uma parada dura", ao ser cumprimentado pelo assessor do Palácio do Planalto, Sr Alberto Cunha, que acompanhava a votação da bancada da imprensa.